



Kassab, ao lado de Caiado, deu “o primeiro soco”

Kassab sinaliza: alvo do PSD será Flávio Bolsonaro

Um ditado era repetido no comando da campanha do PSD no final da semana depois de, na quinta-feira (13), o presidente do partido e candidato a vice-presidente na chapa com Ronaldo Caiado, Gilberto Kassab, dizer que “a chance de vitória de Flávio Bolsonaro nestas eleições é zero”. O ditado repetido diz o seguinte: “Se você tem que entrar numa briga, que dê o primeiro soco; e que ele seja forte”. Ao dizer em São Paulo, numa reunião com 200 representantes do agro, da indústria e da mineração, que considera a chance de Flávio zero, Kassab deu o primeiro soco. E sinalizou para onde o PSD irá neste momento em que, de fato, começa a campanha eleitoral. O alvo preferencial será Flávio Bolsonaro. É o candidato do PL que o PSD precisa atacar para tirá-lo do segundo turno contra o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que tenta a reeleição.

Centrão escolheu seu lado

Modestamente, Kassab ainda revelou certa sintonia com este Correio Político. Dizíamos por aqui, na edição de fim de semana, que o Centrão “sabe para onde o vento sopra”, e que as últimas movimentações dos presidentes da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), sinalizavam que o Centrão parece ter percebido que neste momento o vento sopra em favor da reeleição de Lula. Kassab disse o mesmo na reunião: “O Centrão não está neutro”.



Motta, Lula e Alcolumbre: “O Centrão não está neutro”

Processo conjunto de desconstrução

Kassab não declara isso. Mas ao dizer que quando a campanha começar agora, o PT, que, na sua avaliação, ainda vem preservando Flávio Bolsonaro, irá bater mais duro. E aí, então, avalia Kassab, Flávio começará a ser desconstruído. Tudo isso são palavras de Gilberto Kassab. Se a intenção dele fosse deixar somente esse jogo de desconstrução para o PT, ele mesmo nada diria. Vislumbra-se que poderá haver uma espécie de dobradinha nesses ataques. Lula e o PT agindo de forma mais aguda, espera Kassab.

Esqueletos de ambos no armário

O que não deverá significar que Caiado, então, preservará Lula: a ideia é mostrar que os dois líderes nas pesquisas teriam grandes esqueletos no armário e contas a pagar com denúncias complicadas. E que Caiado, ao contrário, está na vida pública desde a década de 1980 quando fundou a União Democrática Ruralista (UDR) sem que nenhuma denúncia de corrupção tenha surgido em algum momento contra ele.

Urbano

Para além da linha de ataque, Caiado prepara-se para, agora na campanha, centrar-se mais em questões urbanas, ligadas aos grandes problemas das cidades. A campanha entende que ele já teria os votos do agronegócio. Ainda que a senadora Teresa Cristina (PP-MS), outra importante liderança do segmento, tenha sinalizado apoio a Flávio.

UDR

Apesar da importância de Teresa Cristina, Caiado entende que é ele a principal referência do setor. Afinal, assim se apresenta desde que fundou a UDR em 1985 e com ela atuou em defesa do agronegócio na elaboração da Constituição. A primeira aparição pública de Caiado foi montado num cavalo branco liderando uma manifestação.

Segurança

Foi dali que Caiado partiu para ser candidato à Presidência em 1989. Foi dali também que começou a se apresentar como um político de direta quando ninguém tinha coragem de se declarar assim. O PSD, portanto, avalia agora que o tom da campanha se volte mais para soluções para as questões urbanas, especialmente segurança.

Ações sociais

Mas não apenas segurança, que é um tema no qual Caiado foca desde o início a partir das experiências que diz ter feito como governador de Goiás. Imaginava-se que o tema fosse dominar o debate eleitoral, mas não tem sido tanto assim. A partir das experiências do governo de Goiás, Caiado também pretende focar em temas como ações sociais.

Mobilidade

Outro ponto é a mobilidade urbana. Soluções mais modernas para o deslocamento das pessoas, de forma mais rápida e mais barata estão hoje no centro do debate nas grandes cidades. Esses temas estão sendo compilados pelo ex-senador Roberto Brant, que é o coordenador da campanha de governo de Ronaldo Caiado.

Presente

No evento na quinta, Kassab ainda disse que a neutralidade declarada do Centrão deu um presente ao PSD. Sem alianças – com exceção de Lula –, o tempo de propaganda de cada candidato aumentou. O PSD terá mais de dois minutos. O partido ainda guarda segredo dos detalhes que explorará nesse tempo. Mas Kassab já deu fortes sinais.



Durigan: governo ouvirá antes quem for afetado

Brasil ouvirá empresários sobre reciprocidade

Ao Correio, especialistas detalham como atua a lei e os próximos passos

Gabriela Gallo

Após o governo federal anunciar a abertura formal do processo para acionar a Lei de Reciprocidade Econômica (Lei nº 15.122/2025) contra os Estados Unidos (EUA) devido à aplicação de tarifas de até 37,5% para produtos brasileiros, o ministro da Fazenda, Dario Durigan, disse que o poder Executivo primeiro ouvirá os empresários brasileiros e estrangeiros sobre os possíveis impactos da aplicação da Lei da Reciprocidade.

Paralelamente ao anúncio da possível aplicação da Lei de Reciprocidade, o Ministério de Relações Exteriores abriu nova frente de consultas diplomáticas com Washington.

“O processo de reciprocidade em um país sério, e que quer ouvir quem é afetado pela reciprocidade, demanda oitiva de eventuais interessados e eventuais impactados por uma medida que pode vir ou não a ser adotada no futuro”, destacou Durigan em conversa com a imprensa na sexta-feira (14).

Aprovada por unanimidade no Congresso Nacional e sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em ano passado, elaborada

já mirando em proteção às sobretaxas americanas a produtos brasileiros, a Lei de Reciprocidade Econômica é um mecanismo que permite ao Brasil adotar contramedidas diante de ações de outros países que prejudiquem a competitividade nacional.

As aplicações das medidas são escalonadas: começam com a notificação formal e consultas bilaterais pelo Itamaraty, depois segue para análise na Câmara de Comércio Exterior (Camex), com deliberação do Comitê-Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior (GECEX), e admite contramedidas provisórias em casos excepcionais.

Ao Correio da Manhã, o mestre em Direito, especialista em legislação internacional e professor da Estácio Brasília Armindo Madoz explicou que o objetivo da lei “não é estabelecer uma política automática de ‘tarifa contra tarifa’, mas criar instrumentos jurídicos de resposta econômica e comercial”.

O Artigo 3º da lei autoriza as possíveis contramedidas, que podem variar de restrições à importação de bens ou serviços, suspensão de concessões comerciais ou de investimentos e suspensão de obrigações assumidas pelo Brasil.